

## Repúdio a mais um ataque do governo paulista contra os serviços públicos

# Tarcísio muda a Constituição para cortar de 30% para 25% das receitas estaduais a verba da educação

Com 59 votos a favor e 19 contrários, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, em segundo turno de votação, no final da tarde de 27/11, a proposta de emenda constitucional (PEC) 9, de autoria do Executivo paulista, sob o comando de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (PSD).

Sob o falacioso argumento de flexibilização dos recursos da educação para possibilitar transferência para a saúde, dado o envelhecimento populacional, a base aliada de Tarcísio de Freitas aprovou uma alteração da Constituição paulista, reduzindo a verba vinculada anual da educação pública estadual em 16,5% (de 30%, vigentes desde 1989, para 25% da receita de impostos). A educação pública paulista perderá, apenas em 2025, primeiro ano de vigência, cerca de R\$ 11,3 bilhões.

A justificativa demagógica para um ataque desta dimensão à educação pú-

blica é que essa diferença ‘poderá’ ser investida na saúde. Ficará a cargo do Executivo decidir, ano a ano, o quanto quer cortar da educação e repassar para a saúde. É evidente que ambos os setores necessitam de mais recursos para atender à população, mas o estado tem dinheiro para atendê-los sem cortar nada.

Há recursos suficientes no estado de São Paulo, que tem o Produto Interno Bruto (PIB) mais alto do país, para investir em saúde, educação e no conjunto dos serviços públicos com bastante folga. O problema é que a prioridade é outra: sob a gestão de Tarcísio de Freitas, o estado tornou-se recordista em renúncia fiscal, ou seja, isenções e benefícios para grandes empresas. Em 2025, serão cerca de R\$ 77 bilhões, 30% do montante de isenções praticadas no país. E essa vultosa quantia é destinada às isenções sem nenhuma transparência: não se sabe quais empresas são beneficiadas e qual retorno social elas supostamente ofereceriam à sociedade para justificar tamanho saque aos cofres públicos.

A aprovação da PEC 9 busca regulamentar manobras feitas por sucessivos governos nos últimos anos que, para cumprir os 30% constitucionais, incluíam no cômputo da educação o pagamento de pessoas aposentadas e pensionistas. O Tribunal de Contas do Estado vinha aprovando as contas do governo com alertas sobre a ilegalidade desta inclusão.

Fato é que, ao invés de cumprir o estabelecido constitucionalmente, o governo decide cortar verbas da educação, em todos os níveis, inclusive do ensino superior. O orçamento destinado às universidades estaduais paulistas – Unicamp, Unesp e USP – e ao Centro Paula Souza está incluído no montante da educação, de forma que a redução poderá impactar também o financiamento destas instituições.



Estudantes se manifestam durante a votação da PEC 9

### Governo inimigo dos serviços públicos

Somados a este ataque, a militarização e a privatização de escolas públicas, o avanço da plataforma, os baixos salários dos profissionais da educação e o absoluto descaso e abandono dos espaços educacionais, a política de Tarcísio de Freitas - Felício Ramuth reproduz a lógica neoliberal de governos de extrema-direita. Vale lembrar que o atual Secretário de Educação, Renato Feder, atacou a educação do estado do Paraná e agora faz o mesmo em São Paulo.

Desde a sua posse, o governo tem dado sinais claros de sua política: precarizar os serviços públicos e, com isso, facilitar a entrega dos recursos para a iniciativa privada, por meio de terceirizações, privatizações e renúncias fiscais.

Teremos muita luta e resistência pela frente, para impedir novos ataques e, também, impedir que os vultosos cortes que o governador poderá fazer na educação, autorizado pela aprovação da PEC 9, se concretizem. Estão em jogo a qualidade da educação pública no estado e os nossos direitos como servidores públicos.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo					
Relatório de Votação Nominal					
PEC 09/23 - 2º TURNO					
64ª Sessão Extraordinária de 27/11/2024 às 17:45:00					
Parlamentar	Partido	Voto	Parlamentar		
ANA CAROLINA SERRA	FED PSD/BR	Sim	BIRJUNO ZAMBELLI	PL	Sim
ANALICE FERNANDES	FED PSD/BR	Ostrução	L. CARLOS CEZAR	PL	Sim
BARRIOS MUNHOZ	FED PSD/BR	Sim	CONTE LOPES	PL	Sim
BRUNA FURLAN	FED PSD/BR	Sim	DANI ALONSO	PL	Sim
CARLÃO PINATARI	FED PSD/BR	Sim	DELEGADA GRACIELA	PL	Sim
CARLA S. MORANDI	FED PSD/BR	Sim	FABIANA BOLSONARO	PL	Licenciado
DIRECU DALBEN	FED PSD/BR	Sim	GIL DINIZ	PL	Sim
MARIA LÚCIA AMAREY	FED PSD/BR	Sim	LUCAS ROYCE	PL	Sim
MAURO BRAGATO	FED PSD/BR	Sim	MAJOR MECCA	PL	Sim
RAFA ZAMBALDI	FED PSD/BR	Licenciado	MARCOS DAMASIO	PL	Sim
ROGERIO NOGUEIRA	FED PSD/BR	Sim	PAULO MANSUR	PL	Sim
L. VINÍCIUS CAMARINHA	FED PSD/BR	Ostrução	RICARDO MADALENA	PL	Sim
L. CARLOS GIANNAZI	FED PSOLI	Não	RODRIGO MORAES	PL	Sim
EDIANE MARIA	FED PSOLI	Não	TENENTE CIMBRA	PL	Sim
GUILHERME CORTÉZ	FED PSOLI	Não	THIAGO AURICHO	PL	Sim
MARINA HELEDI	FED PSOLI	Ostrução	CLAUCE GARNEM	PODEMOS	Sim
MONICA FREITAS	FED PSOLI	Não	L. DR. EDUARDO NÓBREGA	PODEMOS	Sim
PAULA B. FEMINISTA	FED PSOLI	Licenciado	GERSON PESSOA	PODEMOS	Sim
ALIA FERREIRA	FED PT/PC	Ostrução	RICARDO FRANCA	PODEMOS	Sim
BETH SÁDIO	FED PT/PC	Não	CAPTÃO TELHADA	PROGRESSO	Sim
DONATO	FED PT/PC	Não	L. DELEGADO OLIM	PROGRESSO	Sim
DR. JORGE DO CARMO	FED PT/PC	Não	LETICIA AGUIAR	PROGRESSO	Sim
EDUARDO SUPLICY	FED PT/PC	Ostrução	ANDRÉIA IRENER	PSB	Não
EMÍDIO DE SOUZA	FED PT/PC	Ostrução	L. CAIO FRANCA	PSB	Não
L. ENO TATTO	FED PT/PC	Não	VALDOMIRO LOPES	PSB	Sim
LEGI BRANCO	FED PT/PC	Ostrução	HELINHO ZANATTA	PSD	Sim
LUIZ C. MARCOLINO	FED PT/PC	Não	EDUARDO DE SAUS	PSD	Sim
LUIZ FERNANDO	FED PT/PC	Ostrução	OSÉIAS DE MADUREIRA	PSD	Sim
MÁRCIA LIA	FED PT/PC	Ostrução	L. PAULO CORREA JR.	PSD	Sim
MAURÍCIO	FED PT/PC	Não	RAFAEL SILVA	PSD	Ostrução
L. PAULO FIORIO	FED PT/PC	Ostrução	L. ALTAIR MORAES	REPUBLICA	Sim
PROF. BEBEL	FED PT/PC	Não	DANLO CAMPETTI	REPUBLICA	Sim
REIS	FED PT/PC	Não	EDINA MACEDO	REPUBLICA	Sim
RÓDOLFO FERNANDES	FED PT/PC	Não	G. GILMARI SANTOS	REPUBLICA	Sim
SÁDIO PEDRO	FED PT/PC	Não	JOSÉ WILSON	REPUBLICA	Sim
TEONILIO BARBA	FED PT/PC	Não	SEBASTIÃO SANTOS	REPUBLICA	Sim
THANARA FÁBIA	FED PT/PC	Não	TOMÉ ABDUCH	REPUBLICA	Sim
L. TÍMARA BORGES	MDB	Sim	VITÃO DO CACHORRÃO	REPUBLICA	Sim
JORGE CARUSO	MDB	Sim	ATILIA JACOMISSI	UNIÃO BRA.	Sim
LÉO OLIVEIRA	MDB	Sim	DANIEL SOARES	UNIÃO BRA.	Sim
ROGERIO SANTOS	MDB	Sim	DR. ELTON	UNIÃO BRA.	Sim
L. LEONARDO SOUZEIRA	NOVO	Sim	EDMIR CHESID	UNIÃO BRA.	Ostrução
L. MARCIO NAKASHIMA	PDT	Não	FELIPE FRANCO	UNIÃO BRA.	Sim
AGENTE FEDERAL DANILLO BALAS	PL	Ostrução	GUTO ZACARIAS	UNIÃO BRA.	Sim
ALEX MADUREIRA	PL	Sim	L. MILTON LETTE FILHO	UNIÃO BRA.	Sim
ANDRÉ BUENO	PL	Sim	RAFAEL SARAIVA	UNIÃO BRA.	Sim
F. ANDRÉ DO PRADO	PL	Sim	SOLANGE FREITAS	UNIÃO BRA.	Sim

Com votaram os deputados e as deputadas

Votos Sim	59
Votos Não	19
Abstenção	0
Em Branco	0
Total	78

PARTIDOS EM OSTRUÇÃO	FED, PSOL, REDE, PL, REPUBLICANOS, PSB, UNIÃO BRASIL, FED PT/PC, DO B, PSD, FED PSD/BR, CIDADANIA, MDB, PDT
Aprovado	